

12 a 18 de outubro  
**SEMANA MUNICIPAL  
da Alimentação**

**Gente é pra Brilhar!**

Não pra Morrer de Fome...

**LIVE**

**15 de outubro, 17h00**  
[youtube.com/sindinutrisp](https://youtube.com/sindinutrisp)



**INSCREVA-SE**  
PELO GOOGLE FORMULÁRIO  
E RECEBA MATERIAL DE APOIO  
QUEREMOS OUVIR VOCÊ

**Participação e Controle Social em Segurança Alimentar e Nutricional:  
papel dos Conselhos e Conselheiros e do COMUSAN-SP**



**Susana Inês Basualdo**  
Socióloga, especialista  
em meio ambiente  
e conselheira  
COMUSAN-SP



**Vera Vilella**  
Nutricionista, Mestre  
em Saúde Pública  
e diretora  
do SindiNutri-SP



**Solange Cavalcanti Redolfi**  
Nutricionista e  
pedagoga, especialista  
em Educação em  
Saúde



**Angélica Marques**  
Nutricionista,  
professora  
universitária e  
Presidente da APAN

**Realização**



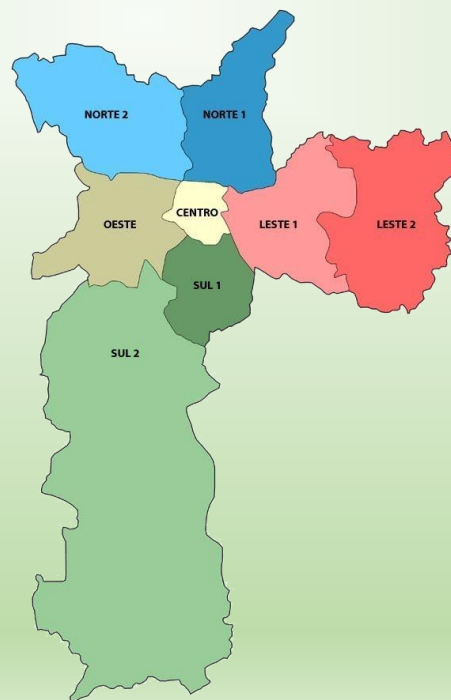


## Maranhão

- São Luiz
- Bairro Anil - Nordeste

## Rio de Janeiro

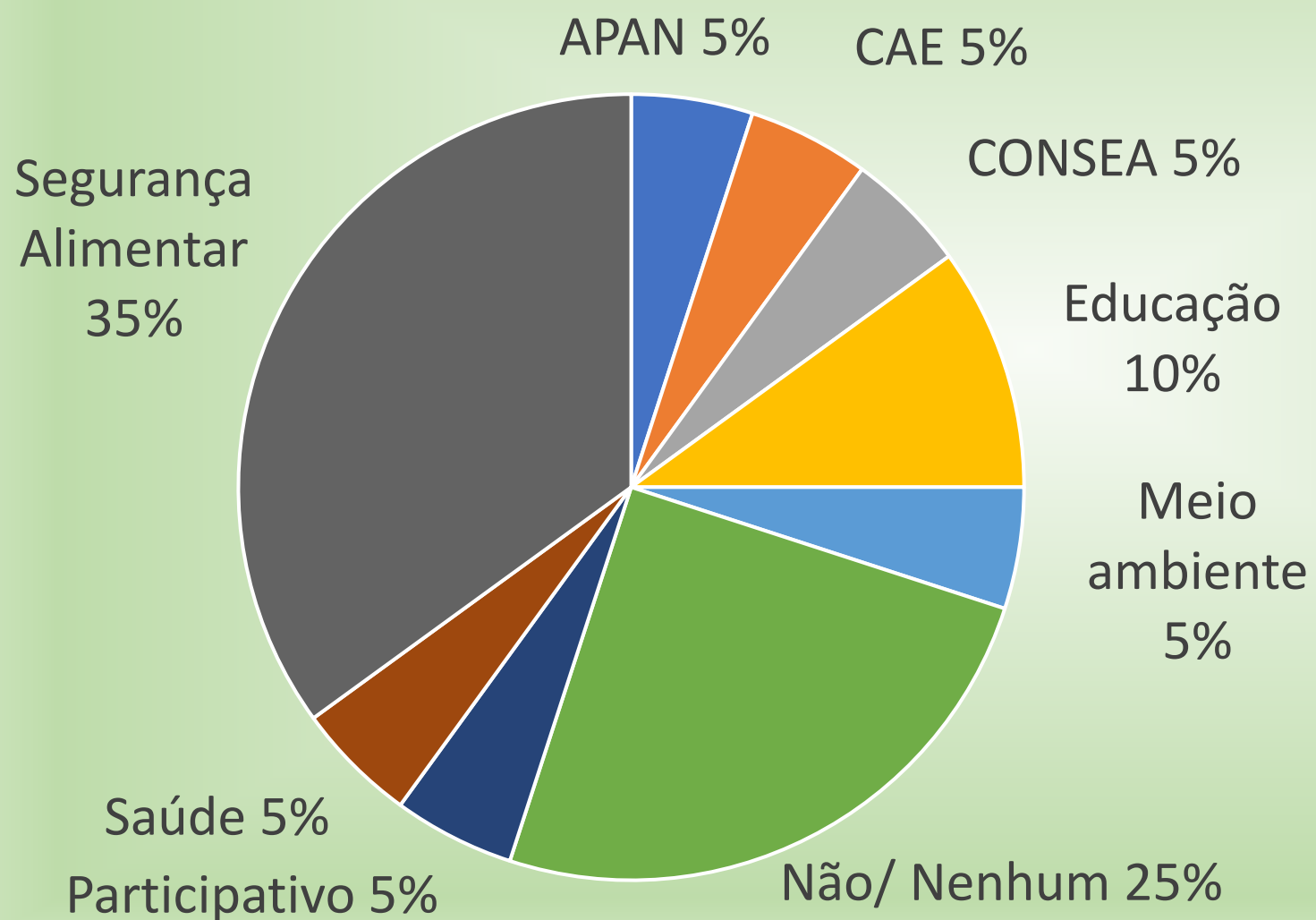
- Rio de Janeiro
- Recreio



## São Paulo

- Campinas
  - Vila Industrial
- Embu das Artes
- Piracicaba
- São Paulo
  - Região Norte - Santana
  - Região Sul - Sto. Amaro
  - Região Sul - Vila Mariana
  - Região Sul - Jabaquara
  - Região Leste - Jardim Maringá - Itaquera
  - Região Oeste - Butantã
  - Região Oeste - Cerqueira César
  - Região Oeste - Lapa
- Taiaçu
- Votuporanga
  - Vila Carmem - oeste de SP

# Participa de algum Conselho de Política Pública?



Mas, afinal, o  
que é **Conselho  
de Política  
Pública?**



## OUTROS:

- GT SUSTENTABILIDADE
- APAN

# Agora vamos falar sobre os Conselhos de Políticas Públicas, a partir das respostas das pessoas inscritas



Respostas às questões:

- Na sua opinião, qual a importância de um Conselho de participação e controle social?
- Na sua opinião, Qual o papel/ funções e ou atribuições do Conselheiro?

# Finalidade



---

Essencial para garantir que as políticas públicas de direito a alimentação sejam eficazes

---

Representam os interesses coletivos da sociedade civil e garantem que o poder público atue devidamente.

---

Os conselhos são o alicerce para ter um país com mais equidade e soberano.

---

Fiscalização e participar na construção de ações que vem ao encontro da política

---

Acompanhar; fiscalizar; orientar; deliberar

---

Compartilhar, propor, zelar



# Garantia de Direitos



---

Conseguir que a população tenha acesso a uma alimentação segura

---

Fazer que tenham políticas públicas de direito a alimentação

---

A garantia da luta pelos direitos humanos

---

É nos espaços dos conselhos que se concretiza a participação social preconizada na Constituição Federal.

---

Sem a participação popular é quase impossível transpor o modelo imposto

# Fiscalização



---

Importante no acompanhar das ações, dos projetos e programas de política de segurança alimentar e nutricional no município

---

Acompanhar e fiscalizar as ações realizadas pelo poder executivo

# Mobilização



---

Contribuição para a sociedade, com oportunidades de conhecimento e luta por uma sociedade mais saudável

---

Muito importante pra garantir participação efetiva da população e controle das ações do estado

---

Integrar diversos atores da sociedade para elaboração de políticas públicas adequadas

---

Participar ouvindo, discutindo e lutando para ampliação de acesso e execução das políticas públicas já existentes

---

Ser ativo, ter responsabilidade, engajamento



# Consultoria



---

Importante no apoio de trazer propostas e as discussões das comunidades

---

Orientar a sociedade civil sobre os direitos sociais.

---

Estudar, pesquisar, dialogar, aplicar conhecimentos, publicizar, buscar parcerias, trazer as pessoas do território à discussão etc

---

Mapear as necessidades locais e levar às discussões para às lideranças e redes.

---

Consulta, normativa, deliberativa...

---

Orientar/ propor ações em sua área de atuação para a implementação de políticas públicas

# Deliberação



---

Importante no apoio de trazer propostas e as discussões das comunidades

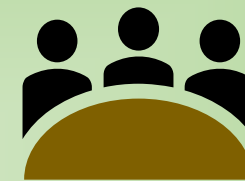
---

Acompanhar; fiscalizar; orientar; deliberar

---

Discussões e propostas de ações que podem melhorar as condições de vida de todos, principalmente dos marginalizados

# Formação



---

Disseminar informações verdadeiras a população .

---

Contribuição para a sociedade, com oportunidades de conhecimento e luta por uma sociedade mais saudável

---

Orientar, buscar apoio, aprendizado

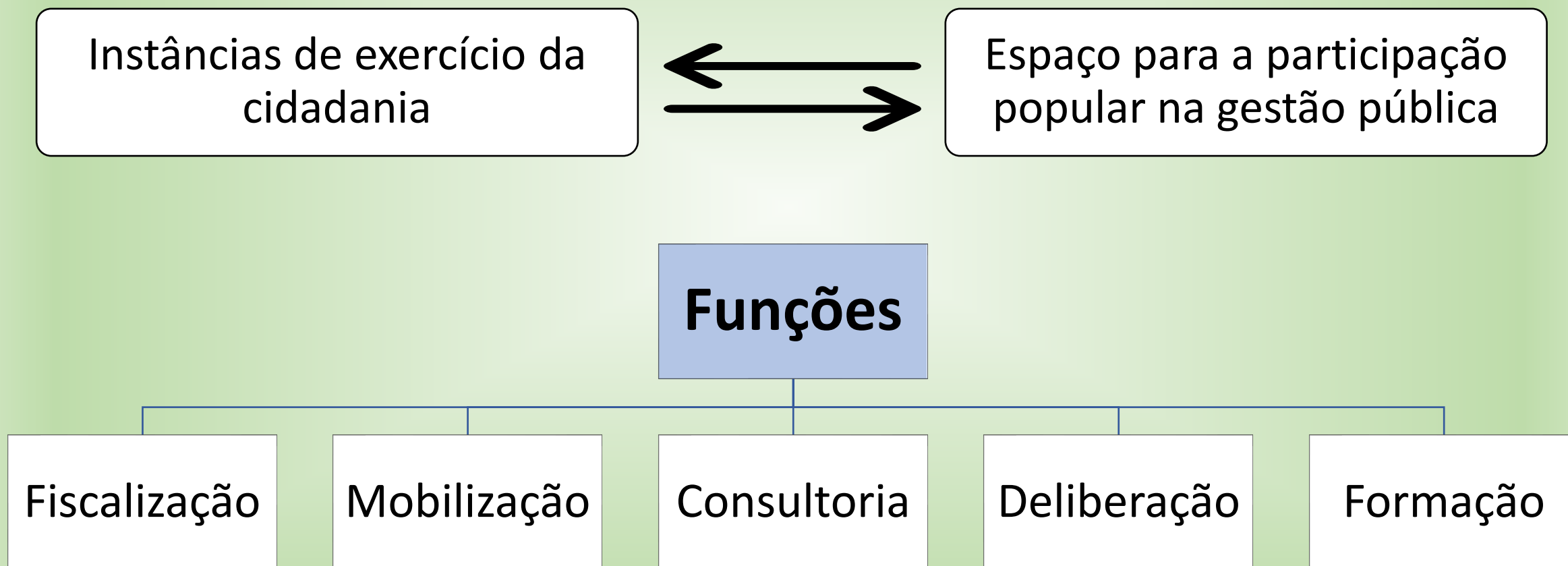
---

Desenvolver habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental

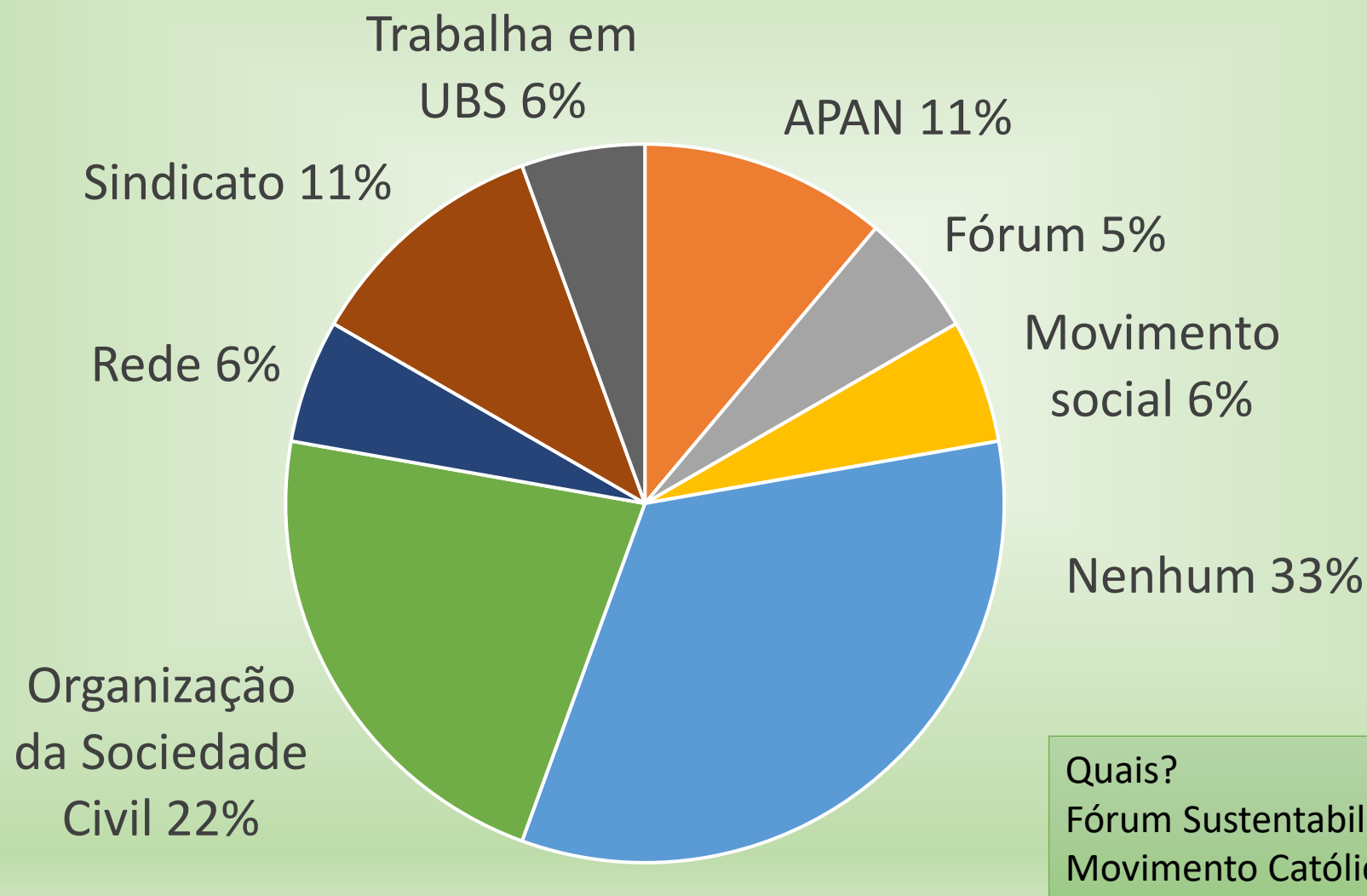
## E mais sobre Conselhos de Políticas Públicas

- Troca de saberes e experiências não hierarquizados – interesses comuns – consenso.
- Distribuir melhor o poder entre diferentes grupos sociais
- Distribuir responsabilidades entre estado e sociedade civil sobre decisões que determinam a vida da população - políticas públicas
- Valorizar a autonomia, igualdade e equidade.
- Exercício da democratização dos processos de gestão pública.
- Zelar pela utilização dos recursos públicos
- Atuar de maneira integrada com outros órgãos/ instâncias

# CONSELHO: Garantia de Direitos



# Participa de alguma organização social?







# A base legal da participação e controle social está na Constituição cidadã (CF/88) que assume o: Caráter Social do Estado Democrático de Direito

## Fundamento:

Dignidade da pessoa humana; soberania; cidadania;

Todo o poder emana do povo por meio de representantes eleitos ou diretamente.

## Objetivos fundamentais:

Sociedade livre, justa e solidária;  
desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza; redução das desigualdades; promover o bem de todos sem discriminação.

## Direitos Sociais

Educação, Saúde, Alimentação, Trabalho, Moradia, Transporte, Lazer, Segurança, Previdência social, Proteção à maternidade e à infância, Assistência aos desamparados

## Nós: brasileiras e brasileiros

Solidariedade,  
equidade e liberdade

Desenvolvimento

Redução das  
desigualdades

Bem comum sem  
discriminação

## Cidadania

Poder pelo voto e  
direto

Sujeito de direitos

Benefícios do  
desenvolvimento

Equidade e Bem estar

## Participação

Participação política  
(*polis*)

Exigibilidade de  
direitos

Participação e  
Controle social

Construção de  
políticas públicas

Decisão sobre os  
rumos do país

# O que é participação e controle social?

“Controle social se refere à participação da comunidade no processo decisório sobre políticas públicas e ao controle sobre a ação do Estado”. (ARANTES et al., 2007).



# O que te motiva a ser um conselheiro?

Cobrar a execução do direito das pessoas

Poder discutir e planejar as propostas de políticas públicas da segurança alimentar

Aprender e passar o aprendizado para a comunidade

Necessidade de fazer parte das ações

Engajamento

Representar a sociedade civil

Propor políticas públicas

Ser esperançoso, acreditar no fazer coletivo

Estudar, pesquisar, dialogar, aplicar conhecimentos, publicizar, buscar parcerias, trazer as pessoas do território à discussão etc

Saber que a população precisa de informações reais para que possa entender melhor seus direitos

Por que  
participar de  
um  
Conselho?

Instrumento de  
exigibilidade  
de direitos

Proposição de  
políticas  
públicas

Compro-  
misso  
social

Representar a  
sociedade

# COMUSAN

## Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

- ✓ Espaço de participação democrática da população na formulação e controle social, das Políticas Públicas de SAN;
- ✓ De diálogo, construção de políticas públicas que represente a **pluralidade da sociedade civil**.



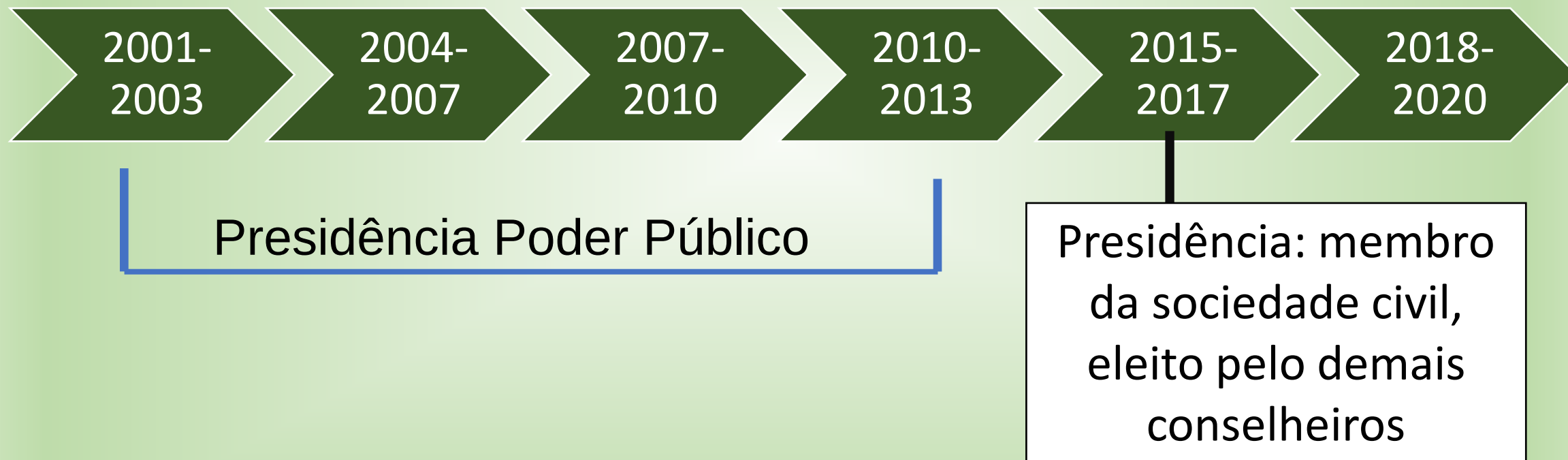
2/3 da Sociedade civil  
1/3 de Órgãos governamentais

Efetiva participação conselheiros Sociedade Civil

Titulares

Suplentes

# Gestões do COMUSAN



Art. 7º, Decreto nº 55.867, de 23/01/ 2015.



# Ações que promovem o Direito Humano à Alimentação Adequada

**PERGUNTA:** No espaço que você participa, qual ação ou ações desenvolvidas você considera que promovem o Direito Humano à alimentação Adequada?

## Alimen- tação

Acesso com  
qualidade,  
quantidade e  
segurança

Doações  
dentro dos  
critérios de  
alimentos  
saudáveis

Plantio e  
distribuição  
de orgânico

Alimentação  
escolar

## Estudo/ pesquisa

Ações  
técnico  
científicas

## Organis- mos

Conselho de  
alimentação  
escolar

Participação  
na elaboração  
de propostas e  
acompanha-  
mento da  
política de San

## Educação em SAN

Cursos que  
possam  
contribuir com  
o nosso  
objetivo

Cursos e troca  
de  
experiências  
sobre horta,  
compostagem,  
segurança  
alimentar e  
nutricional,

Plantio e  
distribuição de  
orgânico

Educação

## Inter- venção

Luta pelo  
direito à  
terra, saúde e  
educação  
quilombola.

O incentivo à  
agricultura  
familiar e  
pequenos  
produtores

## Agroeco- -logia

Plantio de  
orgânico

O incentivo à  
agricultura  
familiar e  
pequenos  
produtores

Agroecologia

# O que você conhece sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional?

## AÇÕES

- Ações em prol de melhorias da qualidade de vida, que envolvam alimentação desde a matéria prima/insumos até a presença do alimento adequado na mesa de todos os seres humanos

## MOBILIZAÇÃO

- Que devemos nos articular melhor com às redes
- Que é uma luta árdua, constante, de pessoas valorosas em busca de soluções

# OBJETIVO DA POLÍTICA DE SAN

- Assegurar o direito humano à alimentação adequada a todas e todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania Alimentar
- Da sua importância para tirar o país do mapa da fome em anos anteriores
- É o direito de todos, a ter o alimento de qualidade, e seguro.
- Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente evitando doenças de origem de desequilíbrio alimentar.
- Política que pode facilitar o Direito a Alimentação Adequada e Sustentável.
- Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.

# LEGISLAÇÃO E REFERÊNCIAS DA POLÍTICA DE SAN

- A Política de Segurança Alimentar e Nutricional é o direito de todos e todas Cidadãos brasileiros de acordo com Constituição Federal de 1988.
- Tenho conhecimento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e nutricional e o Plano Estadual e municipal.
- Conheço a política e aplico no meu trabalho
- Legislação, Guia, implementação do PNAE, agricultura familiar e outros
- Que tenho aprendido sobre a importância da Constituição Federal, e demais legislações que transformaram a política de segurança alimentar e nutricional em política de estado e não de governo, e como é importante esse direito mínimo para a paz, reconhecido este ano pela ONU

4 principais problemas que você percebe, relacionados à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, no seu território

## PRODUÇÃO

- Falta de incentivo à agricultura orgânica com os pequenos produtores.

## ABASTECIMENTO

- Alimentos comprados no CEAGESP em concorrência com produtos da terra
- Poderia ser disponibilizado máquina de cartão de crédito para todos os feirantes da cidade

## PROBLEMAS NA GARANTIA DE DIREITOS

- A população não ter direito ao território
- Respeito aos direitos a alimentação humana
- Não garantia do direito a alimentação escolar

## PROBLEMAS DE VULNERABILIDADE

- Acesso e acessibilidade: renda, distribuição, informação
- Falta de dinheiro das famílias, preço relativamente baixo dos ultraprocessados
- Diferenças sociais
- Financeiro, locomoção para adquirir, pouca oferta e preços
- Muitas famílias morando na rua/ pessoas em situação de rua
- O isolamento social
- Ter saneamento básico e água de qualidade para todos.
- Acesso econômico
- Disponibilidade de alimentos saudáveis
- Preço dos alimentos

# PROBLEMAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAN

- Capacidade de atendimento do poder público limitada, cronicidade em dependência do poder público para obtenção deste direito
- As políticas públicas são difíceis de execução
- Falta de programas de educação alimentar e nutricional
- E ter mais engajamento da parte dos governantes em relação as políticas públicas de alimentação nutricional
- A efetivação da política e do plano municipal de SAN
- Dificuldade de se articular para construção de soluções e o acesso a alimentos de qualidade em todo território.
- Falso incentivo à agricultura familiar/orgânica
- Políticas públicas efetivas que garantam que a agricultura familiar esteja disponível para todo mundo,



# PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO

- Falta de uma educação de qualidade que valorize a cultura e os saberes tradicionais,
- Não cumprimento da legislação, normas e Decreto da Política de Segurança Alimentar e nutricional, o comprometimento com a garantia dos direitos humanos.
- Pouco conhecimento da sociedade civil sobre os seus direitos.
- Falta de autonomia da população, falta de conhecimento
- Apelo da mídia
- Falta de informação
- Falta de publicidade e desinteresse da população
- O conhecimento dos adultos sobre o tema para garantir que as crianças tenham acesso Alimentação adequada desde pequenos,
- Estreitamento das ações escola comunidade sobre o tema da educação alimentar saudável

## PROBLEMAS NA PARTICIPAÇÃO

- Acesso aos conselhos pela população, conselhos com funcionalidade,
- Preservar os conselhos existentes
- Falta de comunicação do governo com a sociedade civil organizada.
- Entendimento dos gestores públicos sobre o papel do conselho
- Cooptação dos conselhos de participação
- Ser apenas consultivo,

## PROBLEMAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- A falta de diálogo com as redes

## OUTROS PROBLEMAS

- Interesses políticos
- Corrupção
- Equidade entre todos

# Relacione até 4 aspectos do Direito Humano à Alimentação Adequada que mais te preocupam

## EDUCAÇÃO

- falta de capacitação para escolhas alimentares saudáveis
- Apelo da mídia
- Falta de programas de educação alimentar e nutricional,
- Falta de informação
- Incentivo ao aleitamento materno nos hospitais e ESFs

## MOBILIZAÇÃO

- Interação do governo com as lideranças

## OUTROS

- Interesses políticos
- Corrupção

# PREOCUPAÇÃO PERANTE A GARANTIA DE DIREITOS

- Insegurança alimentar
- Respeito, proteção e promoção a alimentação da população
- Falta de dinheiro das famílias
- Diferenças sociais
- Falta de interesse dos governos
- O direito de ter o alimento seguro é com qualidade
- O direito de ter a água com qualidade.
- O direito de ter a soberania alimentar
- Fome
- Disponibilidade de alimentos, acessibilidade financeira
- Fome, pobreza, problemas climáticos e aumento de desigualdades sociais

# PREOCUPAÇÃO COM A VULNERABILIDADE

- Dependência da população do poder público, problemas econômicos que não favorecem a emancipação populacional
- Repercussão nos demais aspectos da vida que tudo isso desencadeia
- Aumento de pessoas na rua, desemprego, aumento dos preços de alimentação
- Deveria haver verba específica para suplementos alimentares/insumos para nutrição enteral, de forma que em nenhuma época do ano faltassem estas fórmulas aos pacientes mais necessitados que procuram a Nutrição da UBS

## PREOCUPAÇÃO COM RELAÇÃO À ACESSIBILIDADE

- Acesso físico e econômico aos alimentos e aos recursos,
- Garantia de acesso contínuo,
- Acesso a alimentação adequada
- Acesso igualitário a alimentação em quantidade e qualidade
- Preço de oferta
- Preço dos alimentos, alimentos ricos em açúcar, gordura e sal são mais acessíveis do que alimentos integrais, frutas e verduras,
- A universalidade e a garantia de que os bebês tenham acesso a este direito

## PREOCUPAÇÃO COM A QUALIDADE

- Preço relativamente baixo dos ultraprocessados
- Alimentação produtos sem agrotóxicos
- As normas de biossegurança para o alimento livre de agrotóxico
- Acesso a alimentos sem veneno
- Falta de verduras, frutas e legumes na mesa de todos, principalmente os menos favorecidos
- Venda de guloseimas nas escolas
- Falta de uma política pela alimentação saudável tanto em escolas públicas quanto particulares

## PREOCUPAÇÃO COM A PRODUÇÃO E CULTURA

- Respeitar a produção e cultura
- Valorizar agricultura familiar e os valores ancestrais

## PREOCUPAÇÃO COM A IMPLEMENTAÇÃO

- Trabalhar a política pública e
- Falta de projetos fáceis
- Falta apoio governamental
- Identificação do sujeitos e da necessidade de propostas melhores em San por parte do poder público
- Execução do plano municipal de SAN.



Segurança e Alimentar e Nutricional - SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural econômica e socialmente sustentáveis. (LOSAN, art. 3º)

### Soberania Alimentar

Garantir o domínio das tecnologias, processos e recursos para produzir o próprio alimento – sistema articulado que garanta a autonomia na produção do alimento, da semente até a comida na mesa.

### Compreende

Produção, preservação do meio ambiente, comercialização, acesso, quantidade e qualidade, consumo consciente.

### Transversalidade

Política de SAN perpassa diversas áreas da política pública, devendo ser concretizada em integração dos diversos setores.

# A TRANSVERSALIDADE DE SAN E OS ODS



## CONFERÊNCIA

Instrumento de mobilização social e discussão da política de SAN, que tem por objetivo propor diretrizes e definir prioridades a serem inseridas no Plano Municipal de SAN, discutir e avaliar a política de SAN e o SISAN no município e promover a partilha de experiências entre os participantes;

## CONSELHO

tem como atribuição promover a articulação entre governo e sociedade civil no intuito de elaborar diretrizes para a política de SAN na formulação de políticas e orientações relacionadas à efetivação do direito humano à alimentação adequada;

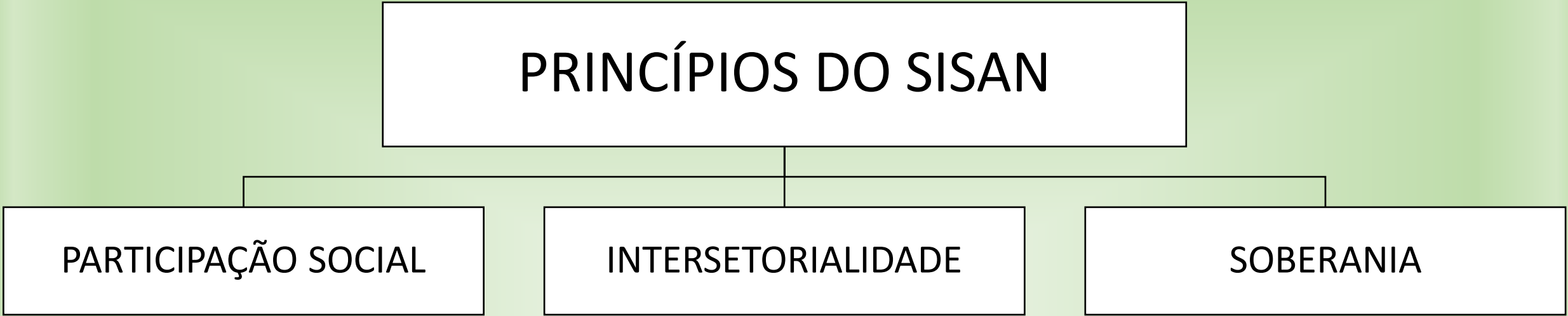
**Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**  
Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006

## Câmara - CAISAN

finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos que trabalham com SAN, para elaboração do Plano Municipal de SAN e efetivação do acompanhamento, monitoramento dos resultados e aplicação dos recursos, como também avaliação dos impactos do plano;

Órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional e Instituições privadas, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

# PRINCÍPIOS DO SISAN



```
graph TD; A[PRINCÍPIOS DO SISAN] --- B[PARTICIPAÇÃO SOCIAL]; A --- C[INTERSETORIALIDADE]; A --- D[SOBERANIA]
```

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

INTERSETORIALIDADE

SOBERANIA

Os objetivos do SISAN são:

- Formular e implementar políticas e planos de SAN;
- Estimular a integração de esforços entre o governo e a sociedade civil;
- Promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação da SAN no País.

Na sua opinião, quais são os desafios que encontra em participar de um Conselho?

Conciliar o trabalho com as atividades do Conselho

7

A articulação com outros conselhos de Políticas Públicas

4

Obter reconhecimento da importância dessa atividade pela organização

3

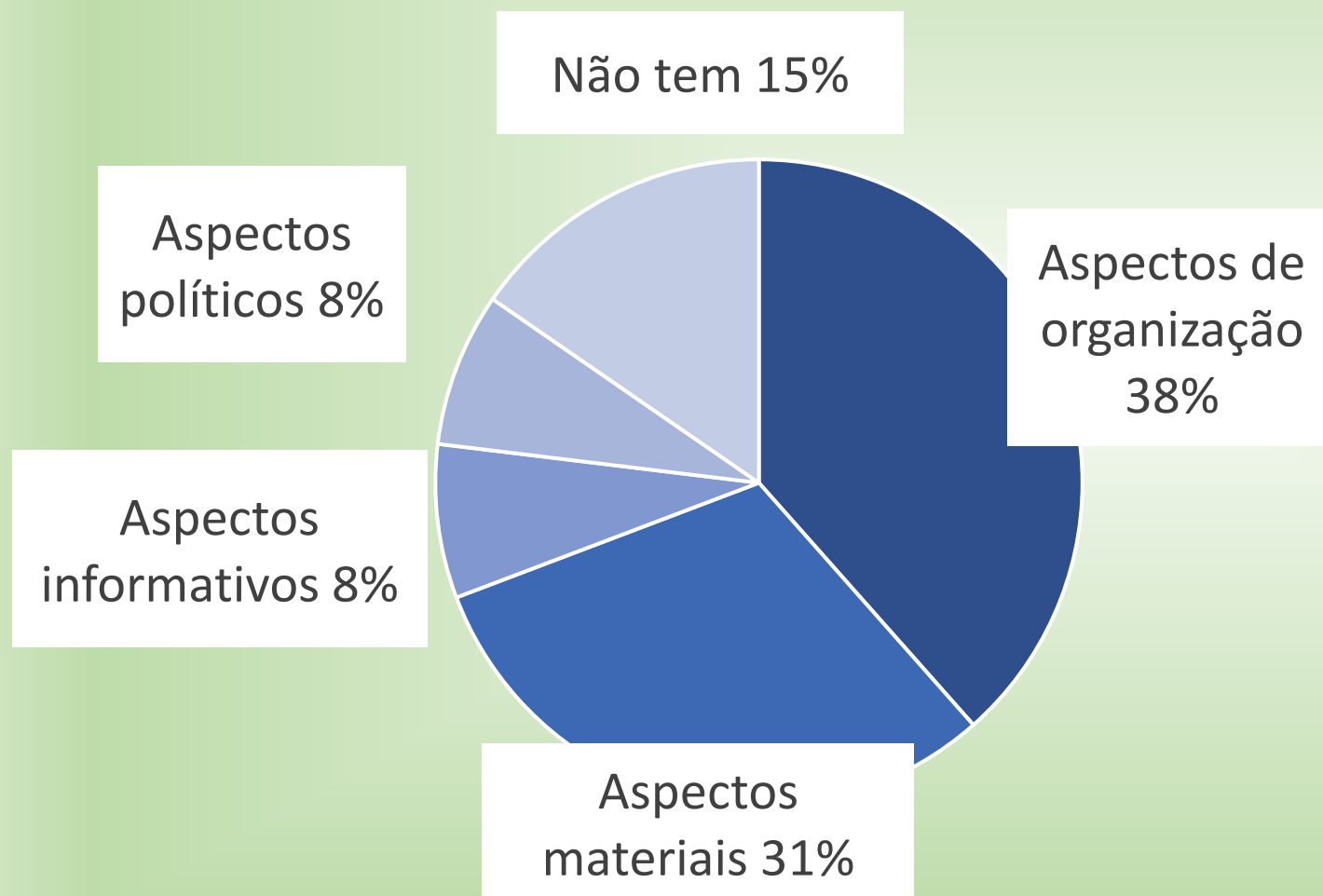
Ter um conhecimento maior sobre a temática de Segurança Alimentar e Nutricional

2

Todos acima

1

# Quais são as dificuldades que você encontra em participar de um Conselho?



## Aspectos de organização

- Horário das reuniões - 4
- Demanda de trabalho - 1

## Aspectos materiais

- Custo de transporte/ alimentação - 3
- Financeiro - 1

## Aspectos informativos

- Entender como funcionam os conselhos - 1

## Aspectos políticos

- Transpor a barreira da cooptação da administração pública ao acesso aos conselhos - 1

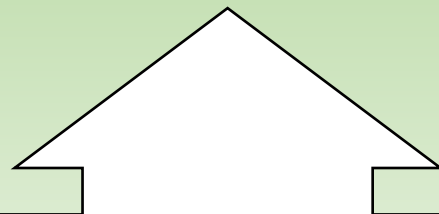


# Participação social – DESAFIOS ENCONTRADOS NA VII Gestão

## Contexto do Estado e das Cidades

- Disponibilidade de tempo e dedicação;
- Representatividade de grupos vulneráveis X dificuldades de participação;
- Dificuldades no processo de eleição e posse;
- Reconhecimento por parte do poder público da importância do papel do conselho, em todo o processo;
- Da participação da sociedade civil, que é Conhecedora da realidade;
- Descontinuidade das políticas com as mudanças de governos;
- Enfraquecimento dos conselhos – Extinção Consea;
- Diálogo entre os espaços participativos/ Conselhos;
- Pandemia

# PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DESAFIOS



- Elaboração de políticas públicas mais democráticas e eficazes. Ex: Construção coletiva da LOSAN -organização do SISAN;
- Diversidade de representantes de diferentes grupos sociais, das diversas entidades que propicia a realização de ações conjuntas, para garantia do DHAA;
- Fortalecimento de uma rede intersetorial em torno da concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada;
- Articulação entre os Conselhos, fortalecendo a implantação de ações, programas e serviços de forma descentralizada;
- Audiências Públicas, para acompanhamento;



# COMUSAN- SP - Atividades

- Proposição, acompanhamento e fiscalização das ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional;
- Articulação de áreas do governo municipal com as organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas ao combate das causas da miséria e da fome, no âmbito do Município.
- Incentivo de parcerias de caráter regional que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização do uso dos recursos disponíveis.

O Conselho, também recebe denúncias da população sobre assuntos referentes à alimentação e nutrição.

## Resultados da atuação do COMUSAN

- Programa de Alimentação Escolar; Programa de Aquisição de Alimentos; Centros de Referência de SAN e o PROAURP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo.
- Ações de diligências a Equipamentos Públicos como Hortas, Bancos de Alimentos e Centros de Referência de SAN - recomendações ao executivo.
- Recomendações, consultas, moções e resoluções

## Conquistas no âmbito do COMUSAN - SP

- Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN - Aprovada em 20/05/2016 - Decreto nº 57.007;
- Instituiu as diretrizes para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Lançamento do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Publicação “Panorama da SAN na Cidade de São Paulo”;
- Plano de Ação da regulamentação da Lei dos Orgânicos;
- Cursos de Formação EMASP, desde 2015;
- COMUSAN Convida
- Atuação das Frentes Parlamentares de SAN;

# 2018/ 2019

- Extinção CONSEA Nacional – mobilizações
- CONSEA Estadual
- FPPSAN/ Pré-conferência Popular de SAN
- COMUSAN SP
  - Pré-conferências
  - Conferência Municipal: “Participação Cidadã e Soberania na Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”

VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL





# CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL – CONSEA/SP

Processo de Seleção de candidatos a membros representantes da Sociedade Civil para:

- o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de São Paulo – **Consea/SP**, e
- comporem as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – **CRSANS**, para o **biênio 2020/2022**

**Inscrições de 08/10 a 20/10**

## Quem pode participar?

Sociedade Civil: organizações civis, religiosas, sindicais, instituições científicas, de ensino, de assessoria e de fomento, povos e comunidades tradicionais, redes, fóruns populares, movimentos sociais, conselho de classe profissional dentre outras entidades afetas ao tema.

Poder Público: órgãos públicos municipais (assistência social, agricultura, meio ambiente, saúde, educação, fundo social e outros), órgãos públicos estaduais e federais da região, conselhos municipais (assistência social, saúde, alimentação escolar, segurança alimentar, idoso, mulher e outros)

Acesso ao edital e para inscrição: <https://agricultura.sp.gov.br/eleicoes-consea/>

Mais informações: [consea@consea.sp.gov.br](mailto:consea@consea.sp.gov.br)

# Mais informações: YouTube Rede Sans

Eleições para  
composição da CRSANS  
e do CONSEA/SP

- Passo a passo para inscrição  
<https://youtu.be/9B1Gtlbv2tk>

Comissões Regionais de  
Segurança Alimentar e  
Nutricional (CRSANS) –

- Eleições 2020  
<https://youtu.be/6B2ld4JczxM>

# Processo Eleitoral COMUSAN SP - 2020

## Editais:

- Publicação a partir da penúltima semana de Outubro de 2020

## Processo Formativo, sobre atuação no Conselho, papel do Conselheiro(a)

- A partir de novembro

## Entrega de documentação:

- Prazo de 30 dias (de acordo com o edital)

## Validação das candidaturas:

- Prazo de 7 dias
- Recursos 3 dias
- Publicação dos candidatos das entidades homologadas

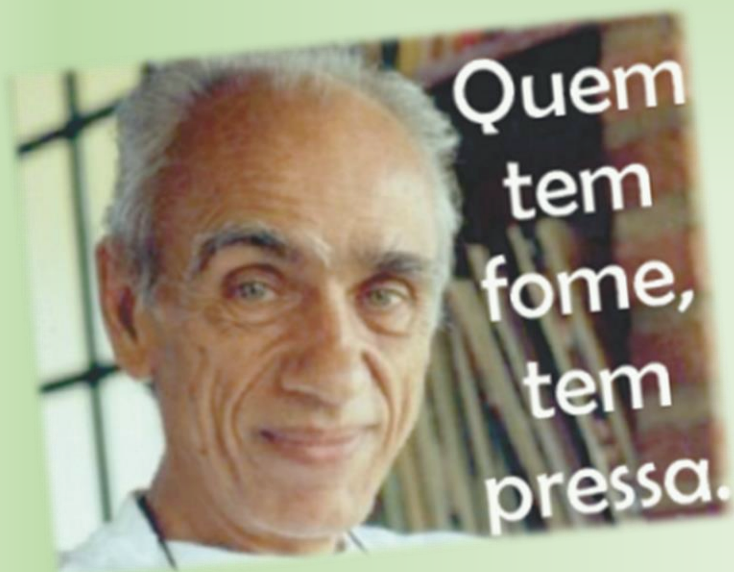
## Apresentação dos candidatos(as) das entidades homologadas:

- Encontro virtual

## Eleição virtual:

- Plataforma do Participe Mais

# Herbert de Souza – Betinho (1937-1995)



“...essa luta pela democracia, cria, inventa, inova, não espera, toma iniciativa, transforma a realidade pelas próprias mãos, e não pelas dos outros.”

“O que somos é um presente que a vida nos dá. O que nós seremos é um presente que daremos à vida.”

“Só a participação cidadã é capaz de mudar o país.”



RIQUEZA DO  
CONHECIMENTO DA  
REALIDADE

CAMINHOS



NOVOS  
OLHARES

GRANDES  
conquistas

SINTONIA

Agradecemos sua participação!!

# Coração Civil

Milton Nascimento

Quero a utopia, quero tudo e mais

Quero a felicidade dos olhos de um pai

Quero a alegria muita gente feliz

Quero que a justiça reine em meu país

Quero a liberdade, quero o vinho e o pão

Quero ser amizade, quero amor, prazer

Quero nossa cidade sempre ensolarada

Os meninos e o povo no poder, eu quero ver



# Legislação do Município de São Paulo

## **Lei nº 15.920, de 18 de dezembro 2013**

Estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

## **Decreto nº 55.867, de 23 de janeiro de 2015**

Confere nova regulamentação ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comusan-SP, dispondo sobre suas competências, composição e funcionamento no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, nos termos previstos na Lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013.

## **Decreto nº 55.868, de 23 de janeiro de 2015**

Regulamenta a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Municipal, órgão integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no âmbito do Município de São Paulo, conforme estabelecido na Lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013.

## **Decreto nº 57.007, de 20 de maio de 2016**

Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN, bem como fixa as diretrizes para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme previsto na Lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013.

## **Resolução nº 001, de 28 de junho de 2016**

Institui o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

## **Resolução nº 002, de 04 de outubro de 2016**

Institui o Comitê Técnico de Monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –

# LEGISLAÇÃO Nacional

- Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set 2006.
- Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010** - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) e dá outras providências.
- Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007** - Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e suas alterações dadas pelo Decreto nº 8.930, de 12 de dezembro de 2016.
- Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007** - Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Emenda Constitucional 64, de 04 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 fev 2010.
- Resolução Caisan nº 9, de 13 de dezembro de 2011**- Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 16 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Resolução Consea nº 01, de 25 de março de 2013** - Publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 1º de setembro de 2014. Aprova o Regimento Interno do Consea.
- Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015**- Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável.
- Resolução Consea nº 3, de 30 de novembro de 2016** - Publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 7 de dezembro de 2016. Estabelece critérios para eleição da Presidência do Consea
- Resolução Caisan nº 1, de 10 de fevereiro de 2017** - Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 10 de fevereiro de 2017. Aprova o II Plano Nacional de Segurança Alimentar.

# LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 59.385, DE 26 DE JULHO DE 2013** - *Institui a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN-SP e dá providências correlatas*

**Decreto nº 59.146, de 30 de abril de 2013** - Reorganiza o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEA-SP e dá providências correlatas

**DECRETO Nº 56.956, DE 25 DE ABRIL DE 2011** Dispõe sobre a oficialização da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e dá providências correlatas

**DECRETO Nº 51.621, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007** Dispõe sobre a oficialização da III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e dá providências correlatas

**DECRETO Nº 48.446, DE 19 DE JANEIRO DE 2004** Dispõe sobre a oficialização da I Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e dá providências correlatas

**DECRETO N. 47.763, DE 11 DE ABRIL DE 2003** Institui o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/SP e dá providências correlatas

# Referências

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Participação e Controle Social: Instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais; Brasília; MP, SEGEP, 2013.

-PLAMSAN- PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL do Município de São Paulo 2016/2020, SÃO PAULO – JUNHO- 2016

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/PLAMSANVERSAOFINALcompleta.pdf>

-PMSP- Lei 15.920/ 2013 que cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e estabelece todos os componentes municipais necessários, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Federal 11. 346/2006 com vistas a assegurar a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável para a população paulistana.

-PMSP-. **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo: ações, desafios e perspectivas do papel da cidade na alimentação.** São Paulo, 2016.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/LIVRO%20Panorama%20Seguranca%20Alimentar%20Nutricional%20SP.pdf>

Jornadas Científicas do NISAN/coordenador Jose Augusto de A. C Taddei. Barueri/ SP Minha Editora, 2007 – Cap: O COMUSAN- SP e os Paradigmas da Participação – Roseli Lopes de Machado Leal.

# Referências

CERVATO, AMM; FIORE EG; REDOLFI, SCS. Org. Segurança alimentar e nutricional: aproximação do conhecimento popular e do conhecimento científico para a prática participativa. 2. ed. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2013.68. ISBN 978-85-88848-15-3 (eletrônico).

CERVATO, AMM; FIORE EG; REDOLFI, SCS. Guia de segurança alimentar e nutricional. Barueri, SP : Manole, 2015.

Macedo et al. A construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Ver. Simbio-Logias, 2, n.1, Maio/2009

Leão, Marília. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira / Marília Leão; Renato S. Maluf – Brasília: ABRANDH, 2012.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; LINS, J. D.; REDOLFI, S. C. S. O papel das Redes Locais para a Segurança Alimentar e Nutricional: experiência da Rede SANS-BT, São Paulo, Brasil; Estreita Diálogos – Revista da Rede internacional de Investigação-Ação Colaborativa, Número 2 [dezembro 2017], pág. 45-58.

*Rocha, Enid . A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. 20 Anos Da Constituição Cidadã: Avaliação E Desafio Da Seguridade Social.*

*Rocha, Nayara Côrtes et al. Organização e dinâmica do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo: implicações para a sua atuação na construção da Política Municipal de SAN.*